



Câncer do colo do útero em gênero masculino no Brasil nos anos de 2013 a 2023: uma década de registro

Cervical cancer in male gender in Brazil from 2013 to 2023: a decade of records

Cáncer cervical en hombres en Brasil de 2013 a 2023: una década de registros

DOI: 10.55905/oelv23n4-

Receipt of originals: 3/3/2025

Acceptance for publication: 3/25/2025

Amanda Cristina Rodrigues de Oliveira

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - campus Umuarama

Endereço: Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

E-mail: amandacrisrodrig87@gmail.com

Thayná de Jesus França Santos

Graduada em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - Campus Umuarama

Endereço: Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

E-mail: thaynast.enf@gmail.com

Eliane Margarida Xavier da Silva

Graduada em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - Campus Umuarama

Endereço: Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

E-mail: elianemeg@yahoo.com.br

Elias José Oliveira

Doutor em Imunologia e Parasitologia Aplicadas

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - Campus Umuarama

Endereço: Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

E-mail: elias.oliveira@ufu.br

Carla Denari Giuliani

Doutora em História e Cultura

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - Campus Umuarama

Endereço: Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

E-mail: denarigiuliani@bol.com.br



RESUMO

O câncer cervical segundo dados do INCA no Brasil é o terceiro tipo de câncer mais incidente entre mulheres. Para cada ano do triênio 2023-2025 foram estimados 17.010 casos novos, o que representa uma taxa bruta de incidência de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres, apesar de estar afetando predominantemente mulheres cisgênero, mas também apresenta risco para pessoas transgênero (trans). A população trans enfrenta barreiras no acesso aos cuidados de saúde, como a hesitação em procurar atendimento ginecológico devido à desinformação, estigma e preconceito. O artigo propõe um estudo do tipo ecológico descritivo em base de análise da epidemiologia do câncer de colo do útero em homens trans, com base em dados do SUS considerando o período dos anos de 2013 a 2023, para entender melhor a prevalência da doença neste grupo. O presente artigo destaca uma lacuna no registro de dados referente aos casos de câncer de colo do útero em homens trans no Brasil, entre os anos de 2013 e 2023. Embora tenham sido registrados 231.452 casos da doença em mulheres cisgênero no período, informações específicas sobre homens trans são escassas, refletindo desigualdades tanto no acesso aos serviços de saúde quanto na inclusão dessa população em estratégias de prevenção e tratamento. Além disso, a baixa proporção de casos tratados, apenas 1,8%, revela uma lacuna preocupante nos cuidados oncológicos disponibilizados.

Palavras-chave: Pessoas Transgênero, Neoplasias do Colo do Útero, Neoplasias, Identidade de Gênero, Saúde.

ABSTRACT

According to data from INCA in Brazil, cervical cancer is the third most common type of cancer among women. For each year of the 2023-2025 triennium, 17,010 new cases were estimated, which represents a gross incidence rate of 15.38 cases per 100,000 women, although it predominantly affects cisgender women, but also poses a risk for transgender (trans) people. The trans population faces barriers in accessing health care, such as hesitation in seeking gynecological care due to misinformation, stigma, and prejudice. The article proposes an ecological descriptive study based on the analysis of the epidemiology of cervical cancer in trans men, based on SUS data considering the period from 2013 to 2023, to better understand the prevalence of the disease in this group. This article highlights a gap in the data recording of cervical cancer cases in trans men in Brazil between 2013 and 2023. Although 231,452 cases of the disease were recorded in cisgender women during the period, specific information about trans men is scarce, reflecting inequalities both in access to health services and in the inclusion of this population in prevention and treatment strategies. In addition, the low proportion of treated cases, only 1.8%, reveals a worrying gap in the oncological care provided.

Keywords: Transgender Persons, Uterine Cervical Neoplasms, Neoplasms, Gender Identity, Health.

RESUMEN

El cáncer de cuello uterino, según datos del INCA de Brasil, es el tercer tipo de cáncer más común entre las mujeres. Para cada año del periodo 2023-2025 se estimaron 17.010



nuevos casos, lo que representa una tasa bruta de incidencia de 15,38 casos por 100.000 mujeres, a pesar de afectar predominantemente a mujeres cisgénero, pero también presentar un riesgo para las personas transgénero (trans). La población trans enfrenta barreras para acceder a la atención médica, como la renuencia a buscar atención ginecológica debido a la desinformación, el estigma y los prejuicios. El artículo propone un estudio ecológico descriptivo basado en el análisis de la epidemiología del cáncer de cuello uterino en hombres trans, con base en datos del SUS considerando el período de 2013 a 2023, para comprender mejor la prevalencia de la enfermedad en ese grupo. Este artículo destaca una brecha en el registro de datos sobre casos de cáncer de cuello uterino en hombres trans en Brasil, entre los años 2013 y 2023. Aunque se registraron 231.452 casos de la enfermedad en mujeres cisgénero en el período, no se dispone de información específica sobre hombres trans son escasos, lo que refleja desigualdades tanto en el acceso a los servicios de salud como en la inclusión de esta población en las estrategias de prevención y tratamiento. Además, la baja proporción de casos tratados, apenas el 1,8%, revela una brecha preocupante en la atención oncológica disponible

Palabras clave: Personas Transgénero, Neoplasias del Cuello Uterino, Neoplasias, Identidad de Género, Salud.

1 INTRODUÇÃO

O câncer de colo de útero é considerado um problema de saúde pública mundial, com incidência por ano acima de 530 mil casos e 256 mil óbitos (Who, 2024). Popularmente conhecido como câncer cervical devido a uma multiplicação desordenada das células da porção inferior do útero propagando para os tecidos próximos e até mesmo os mais distantes, como: pulmão, ossos, intestino, fígado, rins e mama (Taquary *et al.*, 2017).

O câncer do colo do útero é uma doença com uma representação simbólica significativa, pois envolve questões inerentes à sexualidade, à feminilidade e à reprodução (Barros 2022, Taquary *et al.*, 2017).

Segundo dados do INCA no Brasil, excluídos os tumores de pele não melanoma, o câncer do colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais incidente entre as mulheres. Para cada ano do triênio 2023-2025 foram estimados 17.010 casos novos, o que representa uma taxa bruta de incidência de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres (INCA, 2022). Na análise regional, o câncer do colo do útero é o segundo mais incidente nas Regiões Norte



(20,48/100.000) e Nordeste (17,59/100.000) e o terceiro na Região Centro-Oeste (16,66/100.000). Já na Região Sul (14,55/100.000) ocupa a quarta posição e, na Região Sudeste (12,93/100.000), a quinta posição (INCA 2022).

Em termos de mortalidade no Brasil, em 2020, ocorreram 6.627 óbitos, e a taxa de mortalidade bruta por câncer do colo do útero foi de 6,12 mortes a cada 100.000 mulheres (BRASIL, 2022; INCA, 2020).

A relação entre o câncer cervical e a mudança de gênero é um assunto importante e multifacetado, que abrange questões biológicas, sociais e de saúde. Primeiramente, é fundamental observar que o câncer do colo do útero está fortemente ligado ao HPV (Papiloma vírus Humano), cuja infecção representa um risco considerável para o surgimento da doença. Embora essa condição impacte diretamente mulheres cisgênero, é crucial levar em conta as experiências de pessoas transgêneros (trans) para que a abordagem seja realmente inclusiva, e, com a liberdade de identificação de gênero, a população trans masculina pode ser afetada de forma igualitária, mas, a qual deve ser discutida e examinada com maior atenção e cuidado pelas autoridades de saúde pública.

Pessoas transgêneros (trans) são aquelas que identificam seu gênero diferente do gênero biológico do nascimento. Não significa estar no “corpo errado”, mas trata-se da construção de uma identidade de gênero a partir de vários aspectos sociais e psicológicos como algumas pessoas trans que percebem sua identidade sexual desde a infância. Entretanto, essa identificação pode dar-se em outros momentos do ciclo vital, como na adolescência, na idade adulta ou mesmo na velhice. A insatisfação com o corpo gera desejos e impulsos de mudanças, que precisam ser compreendidas para além dos aspectos físicos, transpassando ressignificados psíquicos e sociais (Braz et al.,2019)

O Brasil pode ser considerado um país que, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), está na vanguarda da garantia de direitos e de reconhecimento de gênero. Desde 2008, o Processo Transexualizador (PT) foi instituído pelo Ministério da Saúde (MS) visando ao atendimento de pessoas que sofrem com a incompatibilidade de gênero. O PT, no âmbito do SUS, pode ser definido como um conjunto de estratégias assistenciais para os (as) trans que pretendem realizar modificações corporais, incluindo as cirurgias de transgenitalização e a hormonoterapia, por exemplo. Dessa forma, o sistema de saúde



brasileiro busca assegurar uma cobertura gratuita de saúde e, também, a integralidade no atendimento aos (às) transexuais (Hanauer *et al.*, 2019).

Pessoas que estão passando pela transição de gênero podem enfrentar preocupações específicas relacionadas à saúde do colo do útero. Aqueles que optam por manter o útero e o colo do útero durante a transição ainda correm o risco de desenvolver câncer cervical, sobretudo se não realizarem exames regulares como citologia: Papanicolau, fundamentais para a identificação precoce de anormalidades cervicais. Segundo (Carvalho *et al.*, 2024) para pessoas transgênero e não-binárias, essa acessibilidade é frequentemente dificultada por uma série de barreiras. Desde a falta de sensibilidade cultural e competência dos profissionais de saúde até questões estruturais que limitam a obtenção de serviços adequados e inclusivos.

Embora no Brasil a saúde seja reconhecida como um direito universal e responsabilidade do Estado, e apesar das conquistas legislativas e políticas públicas específicas para a população transgênero, ainda persiste a urgência de combater a discriminação nos serviços de saúde e nas relações institucionais. É imprescindível desenvolver conhecimentos e estratégias que atendam às necessidades do processo de transição de gênero e assegurem, de fato, que as pessoas transgêneros tenham acesso pleno aos cuidados de saúde de que precisam. (Andrade, 2024)

Dada à especificidade do tema, esse artigo visa explorar a epidemiologia da neoplasia maligna do colo do útero em homens trans, considerando dados disponibilizados pelo SUS com a finalidade de discutir essas interações e poder influenciar a saúde masculina trans. A análise dos dados e das tendências ao longo da última década poderá contribuir para uma compreensão mais abrangente e para o desenvolvimento de políticas de saúde efetivas, que assegurem um cuidado equitativo e orientado para todos os gêneros.

A escolha deste tema pode ser defendida por diversas razões importantes, como a análise da ocorrência e da prevalência de neoplasias malignas em grupos populacionais não tradicionais. Isso se deve ao fato de que o colo do útero é um órgão exclusivo do sistema reprodutor feminino, mas ao abordar a neoplasia no contexto masculino, podem-



se discutir situações como o câncer cervical em homens trans ou a saúde reprodutiva masculina de maneira mais ampla, desafiando estigmas e preconceitos.

O acesso do público trans aos serviços de saúde ainda é precário, mesmo considerando os avanços já existentes nas Políticas Públicas em Saúde no Brasil, que se torna evidenciado pela distância ocasionada pelos pressupostos do SUS e a sua aplicação prática (Durand et al,2024).

Isso ressalta a urgência de se obter novos dados que sustentem investigações e intervenções futuras, razões que podem favorecer uma pesquisa mais completa acerca da saúde e da neoplasia maligna do colo do útero, ampliando o saber acadêmico e prático no campo da saúde no Brasil.

2 METODOLOGIA

Este estudo é do tipo ecológico descritivo e realizou uma análise retrospectiva dos dados agrupados de casos de câncer de colo de útero em homens trans, registrados no período de 2013 a 2023 com abrangência no território brasileiro. Para a realização foram utilizados dados provenientes dos seguintes sistemas: Sistema de Informação Ambulatorial (SAI): Através do Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I) e da Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC); Sistema de Informação Hospitalar (SIH): Dados sobre internações hospitalares relacionadas aos casos de câncer; Sistema de Informações de Câncer (SISCAN): Informações específicas sobre diagnóstico e tratamento.

Os critérios de inclusão utilizados no estudo foram os casos registrados para tratamento oncológico relacionados à: Neoplasias malignas (conforme Lei nº12.732/12); Neoplasias in situ; Neoplasias de comportamento incerto ou desconhecido (C44 e C73); e diagnósticos detalhados, como: Neoplasia maligna do colo do útero; Neoplasia maligna do corpo do útero; Neoplasia maligna do útero, porção não especificada; e Carcinoma in situ do colo do útero (cérvix).

As variáveis analisadas incluíram: faixa etária, tipos de tratamentos realizados e locais de residência dos pacientes. Os dados foram organizados e analisados para a



descrição das características dos casos registrados, para tanto, foram utilizadas tabelas geradas no programa Microsoft Office Word 2010, contendo as informações agregadas por região de residência e tratamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, entre o dia 1 de janeiro de 2013 ate o dia 31 de dezembro de 2023, foram registrados 231.452 casos de câncer no colo do útero em mulheres cisgênero e homens transA distribuição por regiões mostrou: 15.247 na Região Norte, 56.612 no Nordeste, 84. 096 no Sudeste, 56.712 no Sul e 18.785 no Centro Oeste (SISCAN 2024).

O câncer do colo do útero ainda é um dos grandes problemas de saúde pública no Brasil; sendo a quarta maior razão de morte por câncer entre as mulheres no país. Na Tabela 1 há registro de câncer de colo de útero em homens transa partir de 2013 na Região Nordeste com um caso, no ano foram 99 casos em mulheres e homens trans, representando 0,01%. Nos anos de 2016 e 2018 não houve registro em nenhuma Região do Brasil considerando a especificação de homem trans., visto que nos anos 2016 e 2018 foram registrados no Brasil, 6937 e 18642 casos de câncer de colo de útero em mulheres cis, respectivamente.

Nos anos de 2015 e 2017 poucos registros foram localizados, somente 1 caso registrado na Região Sul e 1 caso registrado na Região Centro Oeste o que ressalta a escassez de dados. O ano de 2019 se sobressai como o período com maior número de registros, especialmente na Região Sudeste, com um total de 295 (2,3%) casos, neste ano foram registrados 12773 casos em mulheres cis. A População masculina no Brasil é de 101.782.135 no ano de 2020, com idade de 0 a 90 anos (IBGE, 2020), assim temos uma incidência de 0,289/100.000 de casos de câncer em homens transno Brasil, e a população de gênero diverso representa 2% da população geral, e a população transgêneros (trans.) representa 0,69% (Spizziri et al 2021).

A Região Centro-Oeste registrou um aumento nos casos, com 86 (81.9%,) de um total de 105, superando os 20 casos do ano anterior, o que apresentou um enorme avanço nos registros.

Tabela 1: Câncer do colo do útero em gênero Masculino no Brasil nos anos de 2013 a 2023: uma década de análise de registro no SUS – Residência

	Região Faixa Etária						Ano N(%)			
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023
Norte	-	1(33,3)	-	-	-	-	8(2,7)	5(4,76)	1(0,8)	6(9,3)
Nordeste	1	2(66,6)	-	-	-	-	4(1,35)	1(0,9)	10(8,3)	10(15,6)
Sudeste	-	-	-	-	-	-	256(86,7)	8(7,6)	52(43,3)	11(16,1)
Sul	-	-	1	-	-	-	7(2,37)	5(4,76)	14(11,6)	35(51,4)
Centro-Oeste	-	-	-	-	1	-	20(6,7)	86(81,9)	43(35,8)	5(7,8)
Total	1(0,15)	3(0,45)	1(0,15)	-	1(0,15)	-	295(44,8)	105(15,9)	120(18,2)	64(9,7)

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/>

No contexto dos casos de câncer de colo do útero relacionados ao tratamento, embora tenham sido registrados 231.456 casos entre 2013 e 2023, considerando mulheres cisgênero e homens transgênero, as informações específicas sobre os casos envolvendo exclusivamente homens transgênero são escassas. O número de registros nessa população é extremamente limitado, com 2019 sendo o ano com o maior número de casos relatados.

Esse cenário evidencia como os casos de câncer de colo do útero em homens trans frequentemente não recebem a devida atenção no tratamento e no registro de dados, o que pode levar a lacunas nos cuidados dessa população. Um ponto particularmente preocupante é a Região Centro-Oeste, onde, durante toda a década analisada, não foi registrado nenhum caso de tratamento para homens trans, apesar de essa mesma região ter apresentado um número significativo de diagnósticos, conforme demonstrado na Tabela 1.



Tabela 2: Câncer do colo do útero em gênero Masculino no Brasil nos anos de 2013 a 2023: uma década de análise de registro no SUS – Tratamento

Região Faixa Etária	Ano N(%)										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Norte	-	-	-	-	-	-	-	3(2,8)	-	-	-
Nordeste	1	-	-	-	-	-	2(0,67)	1(0,95)	-	-	2(3,1)
Sudeste	-	-	-	-	-	-	-	-	2(1,6)	1(1,47)	-
Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ignorado	-	3	1	-	1	-	293(99,3)	101(96,1)	118(98,3)	67(98,5)	62(96,8)
Total	1(0,15)	3(0,45)	1(0,15)	-	1(0,15)	-	295(44,8)	105(15,9)	120(18,2)	68(10,3)	64(9,7)

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/>

Na tabela 3 os dados entre 2013 a 2023 revelam a distribuição dos casos de câncer de colo de útero por faixa etária e residência, evidenciando as variações ao longo do período. Foram 660 casos no período e no ano de 2019 marcou-se o pico dos registros com 296 casos, seguido de uma queda nos anos seguintes, 105 em 2020, 120 em 2021, 68 em 2022 e 64 em 2023. A faixa etária de 40-59 anos concentra a maior parte dos registros em todas as regiões analisadas. Além disso, há uma tendência de elevação em casos de indivíduos entre 60-79 anos, com picos notáveis em 2020 e 2021.

A Região Centro-Oeste, destaca-se pela inconstância dos registros, pois, a faixa etária de 40-59 anos registrou 31 casos em 2020, e apenas 1 em 2022. Outro ponto a chamar a atenção é na faixa etária de 20-39 anos com 17 registros em 2020, refletindo a amplitude do impacto da doença.

Na Região Sul, observa-se um crescimento constante nos casos na faixa etária de 40-59 anos, alcançando 12 registros em 2022. Por outro lado, a Região Sudeste, que registrou números elevados entre 2018 e 2021, também evidencia uma diminuição nos últimos anos, como os casos na faixa etária de 40-59 anos caíram de 71 em 2018 para apenas 1 em 2023, bem como na faixa de 60-79 anos com 146 casos em 2020 com queda nos anos seguintes e com 4 no ano de 2023.

A faixa etária de 40-59 anos tem sido consistentemente a mais afetada em todas as regiões analisadas, seguida pela de 60-79 anos, que apresenta maiores registros, pouco são os casos registrados nas outras faixas etárias, entretanto, os casos registrados apresentam notória desigualdade nos registros.

Tabela 3: Câncer do colo do útero em gênero Masculino no Brasil nos anos de 2013 a 2023: uma década de análise de registro no SUS – Residência – faixa etária.

Região Faixa Etária	Ano N(%)										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Norte											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	1(0,3)	-	-	1(1,4)	-
20-39 anos	-	-	-	-	-	-	-	1(0,9)	-	-	-
40-59 anos	-	-	-	-	-	-	2(0,6)	3(2,8)	1(0,8)	2(2,9)	3(4,6)
60-79 anos	-	1	-	-	-	-	4(1,3)	1(0,9)	-	-	3(4,6)
>80 anos	-	-	-	-	-	-	1(0,3)	-	-	-	-
Nordeste											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1(1,4)	-
20-39 anos	-	1	-	-	-	-	1(0,3)	-	-	3(4,4)	2(3,1)
40-59 anos	-	1	-	-	-	-	-	1(0,9)	3(2,5)	4(5,8)	6(9,3)
60-79 anos	1	-	-	-	-	-	3(1)	-	6(5)	3(4,4)	2(3,1)
>80 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1(0,8)	4(5,8)	-
Centro Oeste											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	3(1)	3(2,8)	-	-	-
20-39 anos	-	-	-	-	1	-	1(0,3)	17(16,1)	12(10)	2(2,9)	2(3,1)
40-59 anos	-	-	-	-	-	-	7(2,3)	31(29,5)	7(5,8)	1(1,4)	1(1,5)
60-79 anos	-	-	-	-	-	-	9(3)	31(29,5)	21(17,5)	-	2(3,1)
>80 anos	-	-	-	-	-	-	-	4(3,8)	3(2,5)	1(1,4)	-
Sul											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1(1,4)	-
20-39 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1(1,4)	4(6,2)
40-59 anos	-	-	1	-	-	-	1(0,3)	1(0,9)	5(4,1)	12(17,6)	7(10,9)
60-79 anos	-	-	-	-	-	-	6(2)	3(2,8)	6(5)	20(29,4)	19(29,6)
>80 anos	-	-	-	-	-	-	-	1(0,9)	3(2,5)	1(1,4)	6(9,3)
Sudeste											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	1(0,3)	1(0,9)	-	2(2,9)	-
20-39 anos	-	-	-	-	-	-	21(7,1)	2(1,9)	4(3,3)	3(4,4)	2(3,1)
40-59 anos	-	-	-	-	-	-	71(24)	3(2,8)	18(15)	4(5,8)	1(1,5)
60-79 anos	-	-	-	-	-	-	146(49,4)	2(1,9)	28(23,3)	1(1,4)	4(6,2)
>80 anos	-	-	-	-	-	-	17(5,7)	-	2(1,6)	1(1,4)	-
Total	1(0,15)	3(0,45)	1(0,15)	-	1(0,15)	-	295(44,8)	105(15,9)	120(18,2)	68(10,3)	64(9,7)

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/>

Na tabela 4 apresenta os casos de tratamento por região explicitando a falta de registro, com apenas 1,8% dos casos com tratamento no Brasil, e a Região Nordeste com 0,9% dos casos registrados distribuídos ao longo das décadas, sendo seguido das Regiões Norte e Sudeste com 0,3% respectivamente. Os casos ignorados apresentam pico no ano



de 2019 com 44,8% dos casos, e a faixa etária 60 a 79 anos com o maior índice de registros com 25,2% dos casos.

Nas modalidades registradas, na Região Norte fica registrado no ano de 2020 1 caso de tratamento cirúrgico e 2 casos tratados com quimioterapia. Já na Região Nordeste foram registrados 6 casos ao todo, sendo 5 casos registrados na modalidade de quimioterapia nos anos de 2013, 2019, 2020 com 1 caso em cada ano e 2 casos no ano de 2023. No ano de 2019 além da quimioterapia também houve registro de 1 caso na modalidade cirúrgica. Na Região Sudeste foram registrados 2 casos no ano de 2021 na modalidade de quimioterapia e 1 caso no ano de 2022 na modalidade da radioterapia.

Tabela 4: Câncer do colo do útero em gênero Masculino no Brasil nos anos de 2013 a 2023: uma década de análise de registro no SUS – Tratamento – faixa etária

Região Faixa Etária	Ano N(%)										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Norte											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20-39 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40-59 anos	-	-	-	-	-	-	-	2(1,9)	-	-	-
60-79 anos	-	-	-	-	-	-	-	1(0,9)	-	-	-
>80 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20-39 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40-59 anos	-	-	-	-	-	-	-	1(0,9)	-	-	1(1,5)
60-79 anos	1	-	-	-	-	-	2(0,67)	-	-	-	1(1,5)
>80 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro Oeste											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20-39 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40-59 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60-79 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>80 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20-39 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40-59 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60-79 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>80 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste											
0-19 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20-39 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40-59 anos	-	-	-	-	-	-	-	1(0,83)	1(1,4)	-	-
60-79 anos	-	-	-	-	-	-	-	1(0,83)	-	-	-
>80 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ignorado											



0-19 anos	-	-	-	-	-	5(1,7)	4(3,8)	-	5(7,3)	-
20-39 anos	-	1	-	-	1	23(7,8)	20(19)	16 (13,3)	9(13,2)	10(15,6)
40-59 anos	-	1	1	-	-	81(27,5)	36(34,2)	33 (27,5)	22(32,3)	17(26,5)
60-79 anos	-	1	-	-	-	166(56, 3)	36(34,2)	60 (50)	24(35,2)	29(45,3)
>80 anos	-	-	-	-	-	18(6,1)	5(4,7)	9 (7,5)	7(10,2)	6(9,3)
Total	1(0,15)	3(0,45)	1(0,15)	-	1(0,15)	295(44, 8)	105(15, 9)	120(18, 2)	68(10,3)	64(9,7)

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/>

No geral é notório como os dados em relação o tema é escasso, isso porque a maioria de homens transgêneros não realizam rastreamento de câncer do colo do útero periodicamente (Ceres *et al.*, 2018) o que dificulta ainda mais os registros. Ademais, a escassez de informações, assim como a ausência de qualificação e acessibilidade em serviços de saúde sobre os aspectos de indivíduos transexuais, atrelada às situações de estigma e discriminações e à falta de políticas públicas, ocasionam consequências. (SASE 2024)

Além disso, os Programas de rastreio de câncer de colo de útero não devem negligenciar a população de homens transgêneros. Portanto é necessário que sejam desenvolvidas novas diretrizes que considerem todas as barreiras existentes entre essa população e o sistema público de saúde. (Weyers, *et al.* 2020; Stenzel, *et al.* 2020).

Segundo (JAMES,2016), homens transgênero têm taxas mais baixas de rastreamento de câncer do colo do útero, chegando a 37% menos chances de estar em dia com os exames de rastreio em comparação com mulheres cisgênero. Tal situação pode estar relacionada ao medo de discriminação pela sua condição o que leva a evitar a busca de serviços de saúde e, também da dificuldade de se encontrar um profissional da saúde especialista com conhecimento na saúde de transgênero (SANCHES, 2009).

A Constituição Federal Brasileira (Brasil 1988), estabelece que o direito à saúde é um princípio fundamental garantido para toda a população, no entanto, grupos historicamente marginalizados, como a população LGBTQIAPN+, enfrentam barreiras significativas para acessar serviços de saúde de maneira equitativa e de qualidade. Lançou-se, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+, por meio da



portaria nº 2.836/2011, com o objetivo de garantir equidade, respeito e assistência à saúde para as especificidades da comunidade LGBTQIAPN+, fruto do reconhecimento dos efeitos da discriminação, marginalização e exclusão. Preconizam-se seus princípios voltados para as mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades sociais e vulnerabilidades, além de reconhecer as singularidades e estabelecer propostas objetivas a serem executadas em todas as esferas da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). (Santana *et al.*, 2020)

Por unanimidade pelo STF no dia 01 de março de 2018 com o julgamento da ADI n. 4.275, foi autorizado a alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial à travestis e transexuais, com idade igual ou maior de 18 anos, independentemente de procedimentos cirúrgicos e laudos médicos no Brasil. (Andrade *et al.*, 2020).

Desta feita, tem-se que as mudanças no entendimento jurisprudencial e também no que tange a legislação que rege o registro público, no Brasil, atende não apenas as demandas individuais dos cidadãos, mas também contribui para a promoção da inclusão, o respeito à diversidade e a proteção dos direitos fundamentais. Ao garantir que a legislação esteja alinhada com as mudanças sociais, reconhecendo e facilitando a mudança de nome e gênero do transgênero, o Estado estará proporcionando que os indivíduos expressem as suas identidades, tornando a sociedade que valoriza e acolhe a diversidade. (Andrade *et al.*, 2024)

Além disso, oficialmente, no dia 20 de maio de 2019, a transexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A informação segue de que cada país terá até o dia 1º de janeiro de 2022 para fazer a adaptação da nova norma da CID. (Rios *et al.*, 2020).

Portanto o aumento dos casos de procura pelo serviço de saúde pela população trans masculino é real a partir do 2019, fato observado nas tabelas, e, esses avanços podem justificar o aumento na procura do serviço de saúde, entretanto, a aplicação nos serviços de saúde não é o suficiente para um atendimento eficiente e eficaz que satisfaça as necessidades específicas da população, o que pode justificar a diminuição nos registros de saúde.



Por fim, a partir dos resultados deste estudo, é essencial ressaltar a importância de pesquisas futuras que aprofundem essa temática e incluam melhorias na gestão do sistema de saúde e na formação profissionais de saúde, com a finalidade de promover um atendimento que considere as especificidades de homens transgêneros. Assim, pode ocorrer uma maior disseminação de conhecimentos e recomendações entre os profissionais de saúde, resultando na diminuição das hostilidades enfrentadas por essa parcela da população nos ambientes de atendimento, aumentando a adesão aos serviços de saúde e garantindo o bem-estar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o presente artigo destaca uma lacuna no registro de dados referente aos casos de câncer de colo do útero em homens trans no Brasil, entre os anos de 2013 e 2023. Embora tenham sido registrados 231.452 casos da doença em mulheres cisgênero no período, informações específicas sobre homens trans são escassas, refletindo desigualdades tanto no acesso aos serviços de saúde quanto na inclusão dessa população em estratégias de prevenção e tratamento.

Diante do exposto, reforça a necessidade de aprimorar os sistemas de informação para capturar adequadamente a realidade dessa população. Além disso, a baixa proporção de casos tratados, apenas 1,8%, revela uma lacuna preocupante nos cuidados oncológicos disponibilizados.

A escassez de registros para homens trans evidencia o impacto do preconceito, da desinformação e da inadequação das políticas de saúde pública, que ainda tratam o câncer de colo do útero como uma condição exclusivamente feminina cisgênero, prejudicando assim a inclusão de pessoas trans nos programas de rastreamento e tratamento, perpetuando barreiras de acesso e desigualdades. Portanto, é imprescindível que estratégias mais inclusivas sejam desenvolvidas, considerando as necessidades específicas de homens trans com útero.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. A. De; MORAIS, I. A. A importância do papel da enfermagem no atendimento de pessoas transgêneros: uma revisão integrativa, v.28, ed. 135, Jun 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-importancia-do-papel-da-enfermagem-no-atendimento-de-pessoas-transgeneros-uma-revisao-integrativa/>

ANDRADE, L. N. de; SALEIRO, S. P.; TRANS(I)LEGALIDADE: DIREITOS LGBT+

NO BRASIL E EM PORTUGAL; v. 06, n. 04 - Out. - Dez., 2020, Disponível em:<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendif> Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2011, disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lebianas_gays.pdf.

ANDRADE, J. A. Z. de; CARDIN, V. S. G. Direito da personalidade: a mudança de nome e sexo da pessoa transgênero no registro civil. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, [S. l.], v. 22, n. 4, p. e4398, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n4-214. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4398>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ARRUDA, P. M.; OLIVEIRA, M. G. L.; COLARES, I. A.; BRITTO, D. F.; PEIXOTO, R. A. C. Sexual and reproductive health of transgender men and homoaffectionate women: Integrative Review. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 2, p.e35311225676, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2. 25676. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/25676>. Acesso em: 17 dec. 2024.

BRAZ, D. G. de C.; REIS, M. B.; HORTA, A. L. de M.; FERNANDES, H. Experiências de famílias no processo de transição de gênero. Acta Paul Enferm, v. 33, eAPE20190251, ago.

CARVALHO, R. dos S.; COSTA, L. R. dos A. A.; CASTRO, B. da S.; et al. Superando barreiras para o acesso ao exame de Papanicolau em homens trans: desafios e estratégias de inclusão, v.28, ed. 139, Out 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/superando-barreiras-para-o-acesso-ao-exame-de-papanicolau-e-homens-trans-desafios-e-estrategias-de-inclusao/>

CERES, M., QUINN, G. P. LOSCALZO, M.; RICE, D. (2018). Cancer screening considerations and cancer screening uptake for lesbian, gay, bisexual, and transgender persons. In Seminars in oncology nursing (Vol. 34, No. 1, pp.37-51). WB Saunders.

DURAND, A. B.; DURAND, A. C. B.; FALCONE, A. C. A. de A.; RIBEIRO, K. S. Q. S.; CARVALHO, L. M. S. de; ASSIS, T. S. de; TAFURI, L. S. de A.; SOUSA, E. D. T.



de L. Necessidades em saúde da população transgêneros na cidade de João Pessoa - PB. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, [S. l.], v. 22, n. 12, p. e8027, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n12-013. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/8027>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FRIGO, L. F.; ZAMBARDA, S. de O. Câncer do colo de útero: efeitos do tratamento; Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul / Unisc; Ano 16; v 16. N 3, 2015. HANAUER, O. F. D.; HEMMI, A. P. A. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. Saúde em Debate [online]. V. 43, n. spe8, pp. 91-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S807>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S807>.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Estimativa 2023: incidência do Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/ptbr/assuntos/cancer/numeros/estimativa>.

JAMES, S. E. ; HERMAN, J. L.; RANKIN, S. The Report of the 2105U.S.Transgender Survey. Washington, DC: National Center for Transgender Equality. 2016. Disponível em: <https://transequality.org/sites/default/files/docs/USTS-Full-Report-Dec17.pdf>.

LEONEL G. A., SILVA T. C. da; VIEIRA I. F. de O. ; CALHEIROS C. A. P.; TERRA F. de S.; NASCIMENTO M. C. do; CHINNI L. T.; FREITAS P. S. (2023). Consulta de enfermagem ginecológica aos homens transgêneros na atenção primária à saúde. Revista Eletrônica. Acervo Saúde, 23(9), e13988. <https://doi.org/10.25248/reas.e13988.2023>.

NOGUEIRA, F. P. da S.; NETO, C. A. T. de S.; MENESES, D. M. de; CARVALHO, L. A. de; GOMES, R. V.; RODRIGUES, A. A. Realidade de homens transgêneros no contexto da prevenção do Câncer de colo uterino: Reality of transgender men in the context of cervical Cancer prevention. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 5, n. 6, p. 25323–25333, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n6-270. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/55745>. Acesso em: 18 dec. 2024.

PEREIRA, G. M. da S.; CARVALHO, V P da S.; SÁ, A. K. L. de.; VERAS, S. M. de J.; ROCHA, L. dos S.; SILVA, J. M. da.; ARAUJO, R. P. S. de; SANTOS, S. C. dos; GONÇALVES, C. F. G.; Evolução e aplicação das políticas públicas em saúde para pessoas transexuais: Revisão Integrativa, v.27, ed. 122, Mai 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/evolucao-e-aplicacao-das-politicas-publicas-em-saude-para-pessoas-transexuais-revisao-integrativa/>.



Projeções das Populações, Revisão 2024, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação População por sexo e idade simples; Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecaodapopulacao.html?edicao=41053>.

RIOS, B. F. SANTOS, F. da S.; FONTES, T. V.; A proteção de direitos sociais dos transgêneros: impactos da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.275 no Brasil. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 115, p. 591–610, 2020. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/189403>.

ROSA, D. F.; CARVALHO, M. V. de F.; PEREIRA, N. R.; ROCHA, N. T.; NEVES, V. R.; ROSA, A. da S.; Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, p. 299-306, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/reben/a/J8GsdDH6ZKb96b8DfdXQfbF/?lang=pt&format=html>.

SANCHEZ, N.; SANCHEZ, J. ; DANOFF, A. Health Care Utilization, Barriersto Care, and Hormone Usage Among Male-to-Female Transgender Persons in New York City. American Journal of Public Health. v.99, n.4, p.713-9, 2009. doi:10.2105/AJPH.2007.132035. Disponível em:<https://ajph.aphapublications.org/doi/10.2105/AJPH.2007.132035>.

SANTANA, A. D. da S.; LIMA, M. S. de; MOURA, J. W. da S.; VANDERLEY, I. C. S.; ARAÚJO, E. C. de; Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por Lésbicas, Gays, Bissexuais E Transgêneros. Revista de Enfermagem UFPE on Line, vol. 14, 11 Jan. 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/243211/34303>.

SANTANA, L. C.; FERRO, M. C. B.; SANTOS, A. C. L. dos; OLIVEIRA, M. F.; MEDEIROS, ALP; GIRARD, B. P.; MOURA, A.C.; CAMPOS, A. C. S.; MOUSINHO, K. C.; SILVA, J. C. Particularidades e barreiras para o rastreamento do Câncer de Colo Uterino em homens transgêneros na atenção primária. Revista Brasileira de Revisão de Saúde, [S. l.], v. 4, pág. e72397, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n4-490. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/72397>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SANTOS J. N dos; GOMES R. S. Sentidos e Percepções das Mulheres acerca das Práticas Preventivas do Câncer do Colo do Útero: Revisão Integrativa da Literatura. Rev. Bras. Cancerol. [Internet]. 19º de abril de 2022 [citado 24º de novembro de 2024];68(2):e031632. Disponível em:
<https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/1632>.



SASE, M. K. Autocuidado em saúde sexual e reprodutiva por homens transgênero. Trabalho de Conclusão de Residência (Residência Multiprofissional em Saúde da Família) - Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Botucatu, 2024.

SILVA, M. L.; NUNES, J. S. S.; OLIVEIRA, K. S. de LEITE, T. A. S. Conhecimento de mulheres sobre câncer de colo do útero: Uma revisão integrativa / Knowledge of women in the climate about cervical cancer: An integrative review. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 7263–7275, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n4-005. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/12566>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SIMPSON K. Transexualidade e travestilidade na saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Transexualidade e travestilidade na saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2015.

SISCAN, Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), através do Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I) e da Autorização de Procedimento de Alta Complexidade; Sistema de Informação Hospitalar (SIH); Sistema de Informações de Câncer (SISCAN); Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?PAINEL_ONCO/PAINEL_ONCOLOGIAB.R.def. Acesso em: 15 nov. 2024.

TAQUARY, L. R.; ACIOLI, M. L. B.; AIRES M. M. G.; MENDONÇA, P. H. R. de; BARBOSA, R. DE S. B.; MOURA, L. R. Fatores de risco associados ao Papilomavírus Humano (HPV) e o desenvolvimento de lesões carcinogênicas no colo do útero: uma breve revisão. Congresso Internacional de Pesquisa, Ensino e Extensão (CIPEEX), v. 2, p. 855-859, 2018.

TSUCHIYA, C.; LAWRENCE, T.; KLEN, M.; FERNANDES, R.; ALVES, M. R. O câncer de colo do útero no Brasil: uma retrospectiva sobre as políticas públicas voltadas à saúde da mulher. *Jornal Brasileiro de Economia da Saúde*, [S.I.], v. 9, n. 1, p. 137–147, 2017. DOI: 10.21115/JBES. v9.n1.p137-47. Disponível em: <https://jbes.com.br/index.php/jbes/article/view/301>. Acesso em: 24 nov. 2024

VALADARES C. Ministério da Saúde habilita novos serviços ambulatoriais para Processo Transexualizador [internet]. [acesso em 2017 nov 7]. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/8923-ministerio-da-saude-habilitanovos-servicos-ambulatoriais-para-processo-transexualizador>

WEYERS S.; GARLAND S. M.; CRUICKSHANK, M.; KYGIOU, M.; ARBYN, M. Cervical cancer prevention in transgender men: a review. *BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology* , v. 128, n. 5, p. 822–826, 2021.